

MEX/31.BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO/PB

Estudo Técnico Preliminar 7/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 64097.001106/2026-29

2. Descrição da necessidade

2.1. A presente contratação tem por objeto a aquisição de instrumentos musicais destinados à Banda de Música do 31º Batalhão de Infantaria Motorizado, com a finalidade de promover a recomposição parcial e a modernização do acervo instrumental da Organização Militar.

2.2. Levantamento técnico realizado no âmbito da fração musical identificou a existência de instrumentos com desgaste acentuado decorrente do uso contínuo, bem como insuficiência quantitativa em determinados naipes, situação que compromete a plena execução do repertório institucional e a adequada composição sonora da Banda de Música.

2.3. Constatou-se, ainda, a ocorrência de instrumentos com manutenção antieconômica ou com limitações técnicas, fatores que impactam negativamente a qualidade sonora, a confiabilidade operacional e a padronização musical durante solenidades e eventos oficiais.

2.4. A Banda de Música constitui elemento de relevante interesse institucional, participando regularmente de formaturas, cerimônias cívico-militares, atos oficiais e eventos de representação do Exército Brasileiro, contribuindo para a preservação das tradições militares, o fortalecimento da imagem institucional e a aproximação da Força com a sociedade.

2.5. Dessa forma, a contratação revela-se necessária para assegurar a continuidade, a eficiência e a qualidade das atividades musicais institucionais, garantindo que a fração musical disponha de instrumentos em condições adequadas de uso, compatíveis com as exigências técnicas e operacionais das atividades do Batalhão.

2.6. A medida contribui ainda para o atendimento aos Objetivos Estratégicos Organizacionais (OEO) da Organização Militar, especialmente:

- OEO 01 – Elevar o nível de capacidade de preparo e emprego do 31º BIMtz;
- OEO 02 – Aumentar a efetividade na gestão do bem público;
- OEO 08 – Otimizar o gerenciamento das atividades administrativas e logísticas.

2.7. A elaboração do presente Estudo Técnico Preliminar observa o disposto no art. 18 da Lei nº 14.133/2021, bem como as diretrizes estabelecidas pela Instrução Normativa SEGES nº 58/2022, que disciplinam a fase de planejamento das contratações públicas.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Almoxarifado	JEAN RICARDO DA NÓBREGA ALVES

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. De acordo com a Lei nº 14.133, de 2021, e com o Decreto nº 11.462, de 2023, os bens a serem contratados enquadram-se na classificação de bens comuns, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado. Dessa forma, a futura contratação poderá ser realizada por meio da modalidade Pregão, na forma eletrônica, com utilização do Sistema de Registro de Preços, adotando-se o critério de julgamento de menor preço.

4.2. Os instrumentos musicais deverão ser novos, sem uso anterior, sendo vedada a aquisição de bens reconicionados, remanufaturados ou de mostruário.

4.3. Os instrumentos deverão atender às especificações técnicas usuais de mercado, compatíveis com padrão intermediário ou profissional, adequados ao uso contínuo em atividades cerimoniais, formaturas, apresentações institucionais e demais eventos oficiais.

4.4. Os bens deverão apresentar qualidade construtiva compatível com a durabilidade esperada para uso institucional, assegurando desempenho sonoro adequado, estabilidade de afinação, resistência mecânica e confiabilidade operacional.

4.5. Os instrumentos deverão estar em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, devendo, quando pertinente, ser fornecidos com estojos ou cases de proteção, acessórios essenciais ao funcionamento e manual de instruções.

4.6. A entrega dos instrumentos deverá ocorrer no 31º Batalhão de Infantaria Motorizado, localizado na Rua Quinze de Novembro, nº 100, Bairro Palmeira, Campina Grande–PB, CEP 58.401-075, no horário das 08h00 às 16h00, de segunda-feira a sexta-feira, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor.

4.7. Caberá à empresa contratada arcar com todas as despesas relativas à embalagem, transporte, seguro e entrega dos bens até o local indicado pela Administração.

4.8. O aceite definitivo do material pelo órgão contratante não exclui a responsabilidade do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade posteriormente identificados, assegurando-se à Administração as prerrogativas previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

5. Levantamento de Mercado

5.1. O levantamento de mercado foi realizado em observância ao art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e às orientações da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65 /2021, mediante consulta a contratações públicas similares registradas no Portal de Compras do Governo Federal, bem como análise de referências de preços disponíveis em bases oficiais.

5.2. A pesquisa de mercado foi realizada com base nos seguintes métodos:

5.2.1. Consultas a bases de preços oficiais, especialmente por meio das ferramentas disponibilizadas no Portal de Compras do Governo Federal (gov.br).

5.2.2. Levantamento de contratações similares realizadas por órgãos da Administração Pública, buscando identificar padrões de valores, especificações técnicas e condições de fornecimento aplicáveis.

5.2.3. Análise da viabilidade das modalidades de aquisição, considerando alternativas como adesão a atas de registro de preços existentes ou realização de processo licitatório próprio.

5.3. Os bens objeto da contratação encontram-se padronizados no âmbito do Sistema de Serviços Gerais (SISG), com especificações disponíveis no Catálogo Unificado de Materiais – CATMAT do SIASG, o que facilita a definição objetiva dos requisitos técnicos e favorece a competitividade do certame.

5.4. A partir da análise dos levantamentos realizados, verificou-se ampla oferta dos instrumentos pretendidos no mercado nacional, com diversidade de fornecedores e histórico de fornecimento à Administração Pública, evidenciando competitividade suficiente para a realização do certame.

5.5. Diante das alternativas analisadas, conclui-se que a realização de pregão eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços, mostra-se a solução mais adequada para atender à demanda do 31º Batalhão de Infantaria Motorizado, assegurando competitividade, economicidade e observância aos princípios da Administração Pública.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução proposta consiste na aquisição parcelada, por item, de instrumentos musicais pertencentes às categorias de sopro, percussão e cordas, destinados à recomposição e modernização do acervo instrumental da Banda de Música do 31º Batalhão de Infantaria Motorizado.

6.2. A contratação deverá ser realizada por meio de Pregão Eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.462/2023, possibilitando à Administração realizar aquisições conforme a necessidade ao longo da vigência da ata.

6.3. A Ata de Registro de Preços terá vigência de até 12 (doze) meses, período no qual a Administração poderá adquirir os instrumentos de forma gradual e conforme a disponibilidade orçamentária, garantindo maior flexibilidade administrativa, economicidade e eficiência na gestão dos recursos públicos.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa das quantidades foi definida com base em diagnóstico técnico da situação atual do acervo instrumental da Banda de Música do 31º Batalhão de Infantaria Motorizado.

7.1.1. A estrutura orgânica da Banda de Música, considerando a composição padrão dos naipes necessários à execução do repertório institucional.

7.1.2. A distribuição dos instrumentos por naipes, de forma a assegurar equilíbrio sonoro e funcionamento adequado da fração musical.

7.1.3. O histórico de desgaste dos instrumentos, decorrente do uso contínuo em atividades cerimoniais, formaturas e eventos institucionais.

7.1.4. A necessidade de recomposição parcial do acervo instrumental, em virtude da obsolescência ou inviabilidade de manutenção de determinados instrumentos.

7.1.5. A manutenção da capacidade operacional plena da Banda de Música, garantindo a continuidade das atividades institucionais e representativas da Organização Militar.

7.2. Os quantitativos foram dimensionados de forma proporcional à necessidade identificada, evitando superdimensionamento e assegurando observância aos princípios da razoabilidade, economicidade e eficiência administrativa.

7.3. A demanda estimada foi obtida mediante levantamento realizado pelos profissionais responsáveis pelo setor de almoxarifado desta Organização Militar, em conjunto com a fração musical, considerando o estado de conservação dos instrumentos atualmente em uso.

7.4. Segue abaixo tabela contendo os quantitativos estimados dos itens e os valores unitários máximos estimados, obtidos a partir da pesquisa de mercado realizada:

TABELA DOS ITENS COM PREÇOS ESTIMADOS

Item	Cat Mat	Instrumento	Qtde	Método	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
1	442177	Tuba 3/4	2	Mediana	17.831,70	35.663,40
2	468368	Trombone Tenor	2	Mediana	12.900,00	25.800,00
3	606467	Trombone Baixo	2	Média	18.243,50	36.487,00
4	458621	Trompete	3	Média	15.700,00	47.100,00
5	473291	Bombardino	2	Mediana	3.095,12	6.190,24

6	468673	Clarinete	2	Mediana	10.015,00	20.030,00
7	458623	Saxofone Alto	2	Mediana	9.900,00	19.800,00
8	473288	Saxofone Tenor	2	Mediana	14.489,00	28.978,00
9	468675	Flauta Transversal	2	Mediana	10.900,00	21.800,00
10	442171	Flauta Piccolo	2	Média	9.101,33	18.202,66
11	391011	Prato (Percussão)	3	Mediana	790	2.370,00
12	458632	Bombo	2	Mediana	1.115,00	2.230,00
13	458620	Caixa Tenor	2	Mediana	1.235,77	2.471,54
14	473290	Sousafone	2	Mediana	32.895,00	65.790,00
15	485496	Bateria Eletrônica	2	Mediana	6.749,77	13.499,54
16	467130	Tumbadora /Conga	2	Mediana	4.290,00	8.580,00
17	441710	Guitarra Elétrica	2	Mediana	2.400,00	4.800,00
18	441711	Contrabaixo Elétrico	2	Mediana	5.130,00	10.260,00
TOTAL						370.052,38

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 370.052,38

8.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada mediante pesquisa formal de preços, observando os parâmetros estabelecidos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

8.2. Para cada item, a pesquisa considerou um conjunto de, no mínimo, três preços, obtidos a partir de fontes idôneas, tais como contratações públicas similares e bases oficiais de preços, garantindo maior confiabilidade e representatividade dos valores estimados.

8.3. Para definição do preço de referência, foi adotada metodologia estatística adequada (média ou mediana), conforme análise da dispersão dos preços coletados, considerando critérios técnicos de consistência amostral.

8.4. Foi utilizada, preferencialmente, a metodologia da mediana dos valores obtidos, com a desconsideração de preços inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, de modo a estabelecer valor de referência compatível com o praticado no mercado.

8.5. O valor global estimado da contratação, conforme consolidado na tabela de preços, é de R\$ 370.052,38 (trezentos e setenta mil, cinquenta e dois reais e trinta e oito centavos), demonstrando compatibilidade com os preços praticados no mercado e evidenciando a viabilidade econômica da contratação.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A contratação será realizada com adjudicação por item, em observância ao princípio da competitividade.

9.2. O parcelamento mostra-se tecnicamente adequado, uma vez que os instrumentos musicais não apresentam interdependência funcional que justifique a contratação em lote único.

9.3. A medida amplia a participação de fornecedores especializados, favorece a obtenção da proposta mais vantajosa e visa propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, podem fazê-lo em relação a itens ou unidades autônomas, permitindo, inclusive, que empresas distintas sejam contratadas.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Após análise da demanda, não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes indispensáveis à execução do objeto pretendido.

10.2 A aquisição dos instrumentos musicais possui natureza autônoma, não dependendo da contratação simultânea de outros bens ou serviços para que produza os resultados esperados.

10.3 Eventuais despesas futuras com manutenção preventiva ou corretiva dos instrumentos caracterizam-se como necessidades ordinárias de gestão patrimonial e não configuram condição prévia ou interdependente para a presente contratação.

10.4 Da mesma forma, não há vinculação técnica obrigatória com outras aquisições ou contratos em andamento no âmbito da Organização Militar. Conclui-se, portanto, que a contratação é independente e pode ser realizada de forma isolada, sem prejuízo à sua efetividade.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação encontra-se devidamente alinhada ao planejamento institucional da Organização Militar, estando prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) do exercício de 2026.

11.2. A demanda decorre do Documento de Formalização da Demanda nº 35/2025, elaborado pelo setor de almoxarifado desta Organização Militar, no qual foi identificada a necessidade de recomposição parcial e modernização do acervo instrumental da Banda de Música do 31º Batalhão de Infantaria Motorizado.

11.3. Os dados cadastrais da contratação no Plano de Contratações Anual (PCA) são os seguintes:

11.3.1. ID PCA PNCP: 00394452000103-0-000112/2026

11.3.2. Data de Publicação no PNCP: 06/05/2025

11.3.3. Local: Campina Grande/PB

11.3.4. Fonte: Compras.gov.br

11.3.5. Identificador da futura contratação: 160173-10/2026

11.3.6. Classe de material (CATMAT): 7710 – Instrumentos Musicais

11.3.7. IDs dos itens no PCA: 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38 e 39

11.4. A contratação está alinhada ao planejamento estratégico do 31º Batalhão de Infantaria Motorizado e aos Objetivos Estratégicos Organizacionais (OEOs), garantindo coerência com as necessidades institucionais e operacionais da unidade. O projeto contribui diretamente para os seguintes objetivos:

11.4.1. OEO 01 – Elevar o nível de capacidade de preparo e emprego do 31º BIMtz;

11.4.2. OEO 02 – Aumentar a efetividade na gestão do bem público;

- 11.4.3. OEO 04 – Promover ações que melhorem o bem-estar e valorização da família militar;
- 11.4.4. OEO 05 – Fortalecer a dimensão humana da Força;
- 11.4.5. OEO 08 – Otimizar o gerenciamento das atividades administrativas e logísticas.

11.5. A contratação foi devidamente planejada e está formalmente registrada no Plano de Contratações Anual (PCA) e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), atendendo às exigências legais e garantindo a execução de ação essencial para o 31º BIMtz, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade, transparência e boa governança na gestão dos recursos públicos.

12. Prorrogação de Ata de Registro de Preços

12.1. Em conformidade com o art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e com o art. 22 do Decreto nº 11.462/2023, avalia-se como pertinente a previsão, no instrumento convocatório e na futura Ata de Registro de Preços (ARP), da possibilidade de prorrogação de sua vigência por igual período, desde que comprovada a vantagem para a Administração.

12.2. A eventual prorrogação da Ata de Registro de Preços fundamenta-se nos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, sendo justificada pelos seguintes aspectos:

12.2.1. A prorrogação contribui para a continuidade do fornecimento, reduzindo o risco de desabastecimento e evitando descontinuidade no atendimento das demandas institucionais.

12.2.2. A medida poderá representar vantagem econômica, desde que demonstrado, no momento oportuno, que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

12.2.3. Sob a ótica da eficiência administrativa, a prorrogação da vigência da Ata constitui alternativa mais célere em comparação à instauração de novo procedimento licitatório, contribuindo para maior agilidade no atendimento das necessidades da Administração.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1. A presente contratação almeja a aquisição de instrumentos musicais que atendam, além dos requisitos técnicos e específicos estabelecidos, aos princípios da economicidade, eficácia, eficiência e melhor aproveitamento dos recursos materiais e financeiros da Administração Pública.

13.2. Benefícios Operacionais:

- 13.2.1. Recomposição parcial do acervo instrumental da Banda de Música;
- 13.2.2. Restabelecimento do equilíbrio entre os naipes;
- 13.2.3. Melhoria da qualidade sonora e técnica das apresentações;
- 13.2.4. Redução de falhas decorrentes de desgaste ou defeitos mecânicos;
- 13.2.5. Maior confiabilidade operacional durante solenidades e eventos oficiais.

13.3. Benefícios Institucionais:

- 13.3.1. Fortalecimento da representatividade do Exército Brasileiro em eventos cívico-militares e cerimônias oficiais;
- 13.3.2. Preservação das tradições militares;
- 13.3.3. Valorização da imagem institucional perante a sociedade;
- 13.3.4. Incremento da moral e motivação do efetivo integrante da fração musical.

13.4. Benefícios Administrativos:

- 13.4.1. Redução de custos com manutenções corretivas antieconômicas;
- 13.4.2. Melhor gestão do ciclo de vida dos bens permanentes;
- 13.4.3. Padronização e modernização gradual do acervo instrumental;
- 13.4.4. Planejamento patrimonial alinhado ao PCA e à disponibilidade orçamentária.

13.5. Benefícios Econômicos:

- 13.5.1. Ampliação da competitividade por meio da adjudicação por item;
- 13.5.2. Obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração;
- 13.5.3. Compatibilidade do valor estimado com os preços praticados no mercado.

13.6. Conclui-se que a contratação contribui diretamente para o atendimento do interesse público, promovendo eficiência administrativa, adequada gestão patrimonial e fortalecimento das atividades institucionais do 31º Batalhão de Infantaria Motorizado.

14. Providências a serem Adotadas

14.1. Providências na fase preparatória:

- 14.1.1. Consolidação e aprovação do presente Estudo Técnico Preliminar;
- 14.1.2. Elaboração do Termo de Referência, com detalhamento das especificações técnicas dos instrumentos musicais;
- 14.1.3. Verificação da disponibilidade orçamentária para atendimento da demanda;
- 14.1.4. Definição da estratégia de contratação, incluindo modalidade e critério de julgamento;
- 14.1.5. Designação formal dos agentes responsáveis pela condução do processo de contratação.

14.2. Providências na fase de seleção do fornecedor:

- 14.2.1. Realização do procedimento licitatório em conformidade com a legislação vigente;
- 14.2.2. Adoção de adjudicação por item, conforme definido no planejamento da contratação;
- 14.2.3. Verificação das condições de habilitação dos licitantes, nos termos da legislação aplicável;
- 14.2.4. Conclusão do certame com adjudicação e homologação pela autoridade competente.

14.3. Providências para gestão e fiscalização:

- 14.3.1. Designação formal de fiscal ou comissão responsável pelo acompanhamento da execução;
- 14.3.2. Acompanhamento da entrega dos instrumentos musicais;
- 14.3.3. Conferência quantitativa e qualitativa dos bens recebidos;
- 14.3.4. Realização do recebimento provisório e definitivo, conforme normas aplicáveis;
- 14.3.5. Registro patrimonial dos bens permanentes adquiridos.

14.4. Providências pós-contratação:

- 14.4.1. Inserção dos instrumentos no sistema de controle patrimonial da Organização Militar;
- 14.4.2. Orientação aos integrantes da Banda de Música quanto ao uso adequado e conservação dos bens;
- 14.4.3. Monitoramento do prazo de garantia e eventual acionamento do fornecedor, quando necessário.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. Os instrumentos deverão atender às normas ambientais aplicáveis, especialmente no que se refere aos processos de fabricação, comercialização e eventual descarte de componentes, quando aplicável.

15.2. A contratação observa os princípios da sustentabilidade ambiental, conforme disposto no art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU) e na Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022.

15.3. O planejamento da contratação busca minimizar impactos ambientais indiretos, relacionados à produção, transporte e ciclo de vida dos bens, priorizando, sempre que possível, soluções que apresentem maior durabilidade e eficiência no uso de recursos.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

16.1. Justificativa da Viabilidade

A viabilidade deste Estudo Técnico Preliminar (ETP) fundamenta-se na necessidade urgente de instrumentos musicais para o 31º Batalhão de Infantaria Motorizado (31º BIMtz), visando promover a recomposição parcial e a modernização do acervo instrumental da Organização Militar e a continuidade das atividades institucionais.

A aquisição dos instrumentos musicais foi planejada com base nos princípios da economicidade, eficiência, competitividade e sustentabilidade, conforme exigido pela Lei nº 14.133/2021 e pela IN SEGES/ME nº 58/2022. A modalidade Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços (SRP) foi escolhida para assegurar ampla concorrência, otimização dos recursos públicos e flexibilidade na entrega dos insumos.

O levantamento de mercado, o planejamento da aquisição e a análise dos impactos ambientais foram realizados em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (2024) da AGU, garantindo práticas sustentáveis, responsabilidade socioambiental e conformidade legal.

Dessa forma, este ETP demonstra plena viabilidade técnica, jurídica e econômica, sendo essencial para a execução eficiente da obra e para o cumprimento dos Objetivos Estratégicos Organizacionais (OEOs) do 31º BIMtz.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JEAN RICARDO DA NOBREGA ALVES

Membro da comissão de contratação

JONATHAN CLAY FERREIRA DA SILVA

Membro da comissão de contratação

DANIEL AUGUSTO BEZERRA BARRETO

Membro da comissão de contratação